

DÍVIDA EXTERNA

País vai pedir mais créditos

Objetivo é reduzir os efeitos negativos dos aumentos nos preços do petróleo

PAULO SOTERO

WASHINGTON — O embaixador do Brasil em Washington, Marcilio Marques Moreira, deve iniciar esta semana consultas com as autoridades financeiras americanas para explorar formas de reforçar o financiamento do programa econômico do País, a fim de amenizar os efeitos negativos do aumento

dos preços do petróleo produzidos pela crise no Golfo Pérsico.

Se o Brasil já tivesse um acordo em vigor com o Fundo Monetário Internacional, uma parte da conta adicional de petróleo que terá de pagar (cerca de US\$ 1 bilhão em doze meses, se os preços se mantiverem onde estão) poderia ser coberta com um empréstimo do próprio Fundo, que em 1988 instituiu um Programa de Financiamento Compensatório e de Contingências para atender a essas situações. O programa permite um empréstimo equivalente a até 40% da quota do país no Fundo, o que, no caso do Brasil, re-

presentaria cerca de US\$ 800 milhões.

Esta opção não poderá, contudo, ser acionada, pois ela existe apenas para programas econômicos já aprovados pelo Fundo. Uma fonte da instituição indicou, porém, que na medida em que o aumento da conta do petróleo afeta o balanço de pagamentos, os representantes do governo e a missã do FMI que está em Brasília estão discutindo o problema e indicaram a possibilidade de o Brasil vir a pedir à instituição um empréstimo um pouco maior do que o de US\$ 1,4 bilhão inicialmente pretendido.

O jornal **Wall Street Journal**

destacou, ontem, que o novo choque petrolífero atingiu o Brasil no momento em que o programa econômico do governo dava os primeiros sinais de êxito. A percepção de que a luta antiinflacionária do governo Collor está sendo prejudicada por um fator totalmente fora do controle do País deve, em princípio, reforçar a disposição de apoio político dos governos credores. Simultaneamente, a necessidade de mais financiamentos externos trazida pelo aumento da conta de petróleo aumentará a pressão sobre o governo para chegar a uma acomodação sobre os pagamentos de juros com os bancos credores.